

ARQUITETURA E CIÊNCIAS SOCIAIS EM DIÁLOGO NOS ESTUDOS URBANOS

Notas de investigação em Portugal

ARCHITECTURE AND SOCIAL SCIENCES IN DIALOGUE IN URBAN STUDIES

Research notes from Portugal

Caterina Francesca Di Giovanni¹

Resumo

Este contributo visa à uma reflexão retrospectiva e epistemológica sobre o trabalho em investigações multidisciplinares em Estudos Urbanos, especificamente no cruzamento das competências de base da arquitetura com as adquiridas das ciências sociais. Tendo como pano de fundo a investigação doutoral, o objeto de estudo apresentado é a habitação pública, que é *per se* um tema complexo e multidisciplinar, e um campo perfeito para testar a utilidade da integração de disciplinas em pesquisas multidisciplinares em Estudos Urbanos. Desenvolvendo uma abordagem integrada e holística que vai além das barreiras disciplinares, apresenta-se alguns resultados da pesquisa que versam sobre a aplicação de métodos e ferramentas das ciências sociais, encontrando pontes e diálogos entre arquitetura e antropologia urbana, através de uma aproximação etnográfica no método do estudo de caso. O contributo pretende demonstrar como o diálogo com outras disciplinas permite o desenvolvimento de um conhecimento mais amplo e sensível para diferentes olhares, a fim de obter uma arquitetura mais socialmente informada, engajada e sensível, que responda mais diretamente às necessidades das pessoas.

Palavras-chave: Estudos Urbanos, Habitação, Ciências Sociais, Interdisciplinaridade, Epistemologia.

Abstract

This contribution aims to be a retrospective and epistemological reflection on multidisciplinary research in Urban Studies, specifically, on the intersection of core architectural skills with those acquired in the social sciences. Against the backdrop of doctoral research, the presented object of study is the topic of housing, which is inherently a complex and multidisciplinary topic and a perfect field for testing the usefulness of integrating disciplines in multidisciplinary research in Urban Studies. Developing an integrated and holistic approach that transcends disciplinary boundaries, we present some research findings that focus on the application of social science methods and tools, finding bridges and dialogues between architecture and urban anthropology through an ethnographic approach using the case study method. This contribution aims to demonstrate how dialogue with other disciplines allows for the development of broader knowledge that is sensitive to other perspectives, leading to a more socially informed, engaged, and responsive architecture that responds more directly to people's needs.

Keywords: Urban Studies, Housing, Social Sciences, Interdisciplinarity, Epistemology.

¹ Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa),
<https://orcid.org/0000-0002-2713-0118>

1. INTRODUÇÃO

Esse contributo visa à uma reflexão retrospectiva e epistemológica sobre o trabalho de investigações multidisciplinares em Estudos Urbanos, em específico, no cruzamento das competências de base da arquitetura com as adquiridas das ciências sociais.

As reflexões aqui contidas têm como pano de fundo a investigação desenvolvida no âmbito de uma tese de doutoramento em Estudos Urbanos, cujo objeto de estudo analisado foi o tópico da habitação pública², um tema complexo, já abordado por várias disciplinas, e que reflete a multidisciplinaridade típica das problemáticas dos Estudos Urbanos, com componentes que podem ir da geografia, à economia, à arquitetura, à história, à sociologia e à antropologia, entre outros.

As investigações em habitação tentam, por norma, acolher a abordagem multidisciplinar, passando ainda pelo desafio da interdisciplinaridade, isto é, tentando integrar ferramentas metodológicas e conceitos de mais de uma disciplina, combinando-os e inserindo relações lógicas que se desenvolvem sobre o objeto de estudo comum e que possam contribuir para o campo teórico dos Estudos Urbanos.

Para além da abordagem multidisciplinar – em que o fenómeno em análise é enfrentado usando as ferramentas cognitivas de várias disciplinas sem que a disciplina em uso seja necessariamente enriquecida por aqueles que as utilizam – a abordagem interdisciplinar permite a transferência de técnicas adquiridas de uma disciplina para outra, convergindo num diálogo cognitivo de forma a determinar enriquecimentos mútuos.

O conceito de interdisciplinaridade põe em prática uma comparação dialética entre conhecimentos que, no entanto, pode revelar-se desafiadora por requerer maiores esforços organizacionais do que a pesquisa monodisciplinar, no sentido em que é necessária uma disposição do investigador para renunciar posições teóricas preconcebidas que levam a considerar a disciplina de base como única linha ideológica de referência. Nas abordagens interdisciplinares, é necessário sair da “zona de conforto” para problematizar o objeto de estudo através de novas perguntas, exigindo uma disposição para ouvir e contemplar diferentes pontos de vista num diálogo entre várias disciplinas.

A partir da experiência da investigação doutoral, onde foi possível experimentar e encontrar uma ligação interdisciplinar entre arquitetura e antropologia, o presente contributo pretende demonstrar como o diálogo com outras disciplinas não só enriquece as investigações, mas permite o desenvolvimento de uma arquitetura mais socialmente informada, engajada e sensível, que responde mais diretamente às necessidades das pessoas.

² É utilizado o termo habitação pública para se referir à habitação a custo controlado gerida pelo Estado ou pelas autarquias, maioritariamente destinada às classes menos favorecidas.

Nota: Alguns termos utilizados podem confundir na leitura do texto, é o caso de “habitação” em Portugal que deve ser entendido por “moradia” no contexto brasileiro.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Nas investigações em Estudos Urbanos conduzidas no campo da arquitetura, procura-se analisar o espaço em termos morfológicos, recorrendo à definição de tipologias arquitetônicas; por norma, a análise dos casos de estudo é efetuada através da observação e da descrição da morfologia urbana, e realizada mediante desenhos e imagens (plantas, cortes, esboços, fotografias, mapas e modelagens tridimensionais), sendo a componente visual o principal meio de comunicação do arquiteto.

A leitura arquitetônica do espaço urbano pode ser feita através de padrões e grupos estabelecidos por formas e características geométricas (*patterns and clusters*) ou figuras abstratas, como sugerido por Christopher Alexander (1977), ou pode-se analisar a forma urbana como uma linguagem que muda com o tempo, entendendo a arquitetura como um processo dinâmico, onde ao espaço construído se juntam às necessidades do espaço habitado, com ações de apropriação do mesmo (Moudon, 1997).

É frequente ver nas investigações em Estudos Urbanos que os arquitetos querem conjugar a análise morfológica com a análise do espaço social e das relações, para uma observação aprofundada do caso de estudo, mas para tal, é necessário recorrer a outros métodos e integrar conceitos, olhares e ferramentas de outras disciplinas.

Na investigação doutoral foi considerada a possibilidade (e a necessidade) de convocar olhares diferentes nos Estudos Urbanos e descobrir como o método etnográfico pode ajudar na compreensão social do processo urbano.

Porém, para um arquiteto, utilizar os métodos das ciências sociais – como o método etnográfico, método *par excellence* dos antropólogos (Cachado, 2020) – pode ser uma tarefa difícil e complexa, uma vez que o *background* e o relativo aprofundamento teórico-metodológico não pode ser o mesmo que o de um cientista social.

Desenvolver uma etnografia é muito mais do que fazer uma descrição (significado etimológico do termo em *ethnos* = povo e *grafia* = descrição): em primeiro lugar pela necessidade do “mergulho do investigador” no objeto de investigação (Magnani, 2002) e, em segundo lugar porque a etnografia não é apenas uma técnica de recolha de dados, mas um método de pesquisa que se alimenta de uma observação aprofundada das pessoas que vivem no contexto estudado (Cordeiro, 2010).

Se os olhos do arquiteto são treinados para a observação do contexto físico, a observação do antropólogo — que pode ser direta, quando é limitada a observar e a tomar notas, ou participante, quando há interação entre o investigador e os sujeitos observados — é algo diferente que pressupõe o contato próximo e o acompanhamento prolongado das atividades das pessoas em curso no terreno.

No trabalho etnográfico, são previstas muitas conversas e entrevistas com os interlocutores, que são registadas no diário de campo (Cachado, 2021). Tudo isto pressupõe um trabalho exigente e intenso com as pessoas e com o respetivo contexto, o que constitui uma novidade para quem é da área da arquitetura.

Por isso, o que se pretendeu fazer na investigação doutoral não foi uma etnografia *tout court*, mas sim uma aproximação etnográfica do caso de estudo, que consta de observação participante, conversas informais e entrevistas gravadas.

Em seguida, serão apresentados três métodos qualitativos utilizados na investigação doutoral, através dos quais se tentou encontrar uma ligação entre as formações disciplinares da arquitetura e da antropologia. Os métodos foram utilizados quase em simultâneo no trabalho de campo dos bairros, por uma incorporação contínua de recolha de dados:

- Observar o bairro: Caminhar como método de pesquisa
- História de vida/famílias e memórias urbanas
- Ferramentas visuais do método etnográfico – Diário fotográfico

2.1 Observar e caminhar no bairro

O ato de caminhar tem uma longa história na vida do homem — tal como foi aprofundada no livro *Wanderlust: A history of walking* de Rebecca Solnit (2000) — mas é bastante recente entendê-lo como método qualitativo para as investigações.

O ato de caminhar como método de investigação qualitativa é utilizado tanto nas ciências sociais (Reginensi, 2017) como na arquitetura (e.g. *Walkspaces*, Careri, 2002), e permite captar a experiência das pessoas nos ambientes urbanos e refletir sobre os territórios em análise através de passeios com os “guias do bairro”, com moradores das Associações de Moradores e de outras associações locais.

Permite levar em conta realidades e escalas que habitualmente não são observadas ou escapam à observação e que podem ser descobertas com a ajuda de quem conhece bem o território, trazendo a “serendipidade”, ou seja, o inesperado que se torna revelador (Rivoal & Salazar, 2013; Yakub 2018, Fortuna, 2018).

Nos passeios são registradas as observações — descrições do ambiente construído, ambiente natural, conversas informais, descrições de atividades quotidianas e desenhos — através das notas de campo inscritas em cadernos ou digitalmente, em iPad/Tablet.

No seu livro *Building and dwelling: Ethics for the city* (2018), Richard Sennett aplica a ideia de uma cidade aberta (*open city*), na qual as pessoas aprendem a gerir a complexidade das problemáticas urbanas através de dois tipos de conhecimento: o conhecimento incorporado (*embodied knowledge*) (Sennett, 2018: 198), que se adquire com o saber do investigador, e o conhecimento itinerante (*itinerant knowledge*) (*Idem*: 206), que se alcança

caminhando e observando o território, ainda melhor se for guiado por pessoas do lugar, pois são elas as portadoras do conhecimento local.

Este método tem se revelado uma boa ferramenta para ser utilizada, quer como primeira porta de entrada para o caso de estudo, quer quando os investigadores não têm muito tempo para fazer um trabalho de campo aprofundado.

Visitar o bairro caminhando juntamente com os “guias do bairro”, moradores ou pessoas que conhecem bem o território (principalmente as Associações de Moradores e outras associações, mas também técnicos, moradores e outros locais), permite compreender a dimensão humana do espaço urbano, captar a experiência territorial das pessoas e decidir estratégias de desenvolvimento urbano precisas.

Em definitivo, estamos perante um método que permite adquirir novas competências e sensibilidade para situações complexas e tomar nota da dimensão da experiência no terreno e da vivência urbana.

2.2 Histórias de famílias e memórias urbanas

Durante o trabalho de campo da investigação doutoral, foram conduzidas entrevistas como método de pesquisa qualitativa (Horowitz & Gerson, 2002); os habitantes entrevistados forneceram informações sobre a vivência do bairro, e, alguns deles, também sobre as trajetórias das famílias, evidenciando a relação entre realojamentos familiares e processos urbanos e refletindo como as transformações urbanas afetam os moradores.

Para uma melhor compreensão desse assunto, é melhor enquadrar brevemente o caso de estudo no qual esse método foi aplicado.

Situado no limiar do Concelho de Lisboa, o bairro Padre Cruz é conhecido por ser o maior bairro social da Península Ibérica, e tem sofrido um conjunto de alterações ao longo das últimas décadas, passando por sucessivos realojamentos e expansões do bairro, até à recente demolição das casas das “alvenarias”.

O bairro, foi inicialmente construído com o programa das Casas Desmontáveis, um programa habitacional do Estado Novo na década de 1960, com habitações identificadas como temporárias que passaram a ser definitivas — e foram demolidas após 40 ou 60 anos. Em seguida, o bairro viu a sua expansão através de outros programas habitacionais no período democrático, em várias fases — em 1975, e no início dos anos 90 — tendo sido, a partir de 2011, novamente terreno de demolições, processos de realojamentos e experimentações de modelos de habitação pública (Fig. 1).

Em particular, o que está em causa numa parte do bairro é a demolição de 917 casas, as chamadas “alvenarias” (pelo tipo de construção produzida), divididas entre casas de piso térreo e de tipo duplex (Fig. 2).

A demolição iniciou em 2015 e as primeiras casas novas foram inauguradas em 2017. Trata-se de uma intervenção grande, complexa e demorada. Quando se fechou a recolha de dados da investigação doutoral em 2022, a intervenção ainda não estava terminada, aliás, estavam construídos apenas 68 fogos, mais um edifício de carácter social (centro do dia, residência assistida para idosos, creche).

As razões da demolição das alvenarias foram: i) conseguir melhor habitabilidade em termos arquitetónicos e urbanos, porque as alvenarias tinham espaços internos minúsculos, fora dos standards de habitabilidade, e as ruas eram estreitas e insalubres; ii) desenvolver uma diferente gestão do processo de realojamento das famílias, assim chamado “realojamento faseado e acompanhado”, em contraste com o realojamento em massa dos programas habitacionais anteriores; iii) inovar o projeto arquitetónico e a construção das novas casas públicas (aplicação de tipologia evolutiva, painéis solares e aproveitamento de águas pluviais, entre outros).

Voltando às entrevistas e às histórias de famílias, essas permitiram reconstruir a vivência das alvenarias, e permitiram atestar como as histórias da família se entrelaçam com a história habitacional da cidade (Freitas, 2013, p. 23).

“Eu gostei imenso de viver no Bairro Padre Cruz (..) éramos pessoas com poucos recursos financeiros, pessoas com pouco dinheiro, salários muito baixos. Mas o que senti é que eram todos solidários uns com os outros. A minha vizinha do lado ia estender a roupa no meu quintal. A minha mãe deixava-lhe o portão aberto e ia lá estender.” (...) “Com o realojamento [no início dos anos 90], o portão começou a ficar trancado, é a grande diferença. Porque não era só a vizinha que entrava, já havia pessoas que não conhecíamos. Foi diferente. Acho que nos tornámos mais desconfiados.”

Entrevista a uma ex-moradora do bairro

“Eu morava com os meus pais muito perto da Avenida de Roma, o prédio era privado, depois passou a ser da Câmara Municipal de Lisboa e não sei o que é que a Câmara fez ao prédio, mas fomos obrigados a sair e fomos realojados aqui. Eu tinha 15 anos e estou aqui a morar há 58 anos.”

Entrevista à presidente da Associação dos Moradores do bairro

“Eu cheguei ao bairro com um processo desses [grandes realojamentos no início dos anos 90], portanto com 6-7 anos o bairro onde eu vivia foi todo demolido, que era um bairro de Campolide e as pessoas foram enviadas para o Bairro Padre Cruz.”

Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia

O maior resultado que esse método destaca é a preservação das memórias urbanas. Este local, por estar em demolição, estará esquecido, mas ficará na memória de gerações de famílias que ali viveram. Por isso, é preciso realçar a importância de não o esquecer e de o revelar através de entrevistas, estudos, livros e exposições.

Ligadas a um certo momento histórico-político de quando foram construídas, as casas de alvenarias configuram uma forma diferente de habitar, por apresentar pequenos espaços abertos (hortas, jardins) na frente e atrás da casa, quase uma extensão do espaço interno. As ruas são estreitas, maioritariamente com passagens pedonais, favorecendo a permanência no exterior e as relações de vizinhança. Uma forma de habitar que não pode hoje ser replicada, por não respeitar o padrão atual de habitabilidade, e que está a ser apagada para sempre.

As demolições das alvenarias destes bairros marcam um ciclo da história habitacional de Lisboa, por isso a quantidade de histórias e memórias que este bairro encerra deve ser registada e não esquecida.



Figura 1. Mapa das fases de construção do bairro Padre Cruz em Lisboa. Na cor de laranja, as primeiras casas do bairro, construídas em 1959 e demolidas no final dos anos 80; na azul, as alvenarias de piso térreo e na verde, as alvenarias em duplex (ambas construídas entre 1961 e 1962); na cor-de-rosa, os primeiros lotes construídos em 1975-1976; em amarelo e vermelho, os lotes do programa habitacional PIMP, construídos entre 1989 e 1999. Fonte: elaboração pessoal a partir da base cartográfica do Google Earth.



Figura 2. Planta das tipo-morfologias urbanas e localização das casas fotografadas. Fonte: Lisboa Interativa. Com a letra A, tipologia da casa de alvenaria de um piso térreo, e com a letra B, tipologia duplex. Fonte: Fotografias da autora, acervo pessoal.

2.3 A utilização de ferramentas visuais no diário fotográfico

Como mencionado acima, o maior desafio da pesquisa foi integrar a observação do lugar, ligada à leitura morfológica, com a observação etnográfica, ligada à análise do espaço social e das relações.

Para ajudar a superar o dualismo das duas maneiras de observar, encontrou-se um ponto de conexão no uso da ferramenta do desenho no método etnográfico.

Como sugere Ingold, o desenho é mais do que atividade criativa da forma artística, é um processo de reflexão entre descrição e interpretação e uma maneira de comunicar: “*drawing as a way of telling*” (Ingold, 2013: 125).

Além disso, “independentemente da habilidade do etnógrafo ou do artista, o desenho permite-nos apurar a observação, na sua plenitude sensorial e participante, que constitui, afinal, a ferramenta essencial da etnografia” (Afonso, 2016: 98).

O rumo deste tópico encontra-se no desenho antropológico (Askland, Awad, Chambers & Chapman, 2014) ou “antropografia” (Ingold, 2013: 129), ou mais comumente chamado desenho etnográfico (KUSCHNIR, 2018; Cabau, Almeida & Mapril, 2018), que representa a união da antropologia com o desenho urbano, sendo uma ferramenta cognitiva que parte do desenho como objeto de observação e visa entender a experiência de comunicar com as pessoas e a cidade, representada no diário de campo ou também em diário de viagem dos antropólogos (Ramos, 2009 e 2010).

O diário de campo de matriz etnográfica é enquadrado metodologicamente na ideia de que a anotação feita no diário de campo entre *fieldnotes* e *headnotes* – notas registadas no trabalho de campo e notas elaboradas a seguir, ambas fazem parte dos arquivos dos antropólogos (Cachado & Almeida, 2016).

Sendo que não há apenas uma forma de utilizar o diário de campo (Cachado, 2021, p. 559), esse pode ser realizado também de forma visual, através da criação de um diário gráfico, prevendo a utilização de ferramentas visuais tais como desenhos, vídeos e fotografias (Schwartz, 1989; Pink, 2001; Kushnir, 2014 e 2018).

O diário de campo, às vezes erroneamente considerado “o parente pobre” nas investigações qualitativas é, ao contrário, um instrumento sólido de recolha densa e aprofundada do material empírico, sendo uma valiosa ferramenta epistemológica, uma vez que “o diário de campo, ao ser analisado, pode levar-nos a melhorar perguntas de pesquisa, a tecer conclusões e a gerar melhores hipóteses” (Cachado, 2021, p. 558).

Portanto, ao convocar a utilização de ferramentas visuais, tentou-se enfrentar o desafio disciplinar da leitura do habitar nos estudos de caso do projeto de tese.

O estudo das ferramentas visuais do método etnográfico foi aplicado nos estudos de caso e foi criado um diário fotográfico como ferramenta para organizar, selecionar e catalogar o extenso material gráfico e fotográfico recolhido durante o trabalho de campo nos bairros escolhidos como estudos de caso (Di Giovanni, 2022).

O diário não contém só fotografias, mas no processo da tese procurou-se perceber o funcionamento da ferramenta de desenho etnográfico como ligação para enfrentar o desafio metodológico entre arquitetura e antropologia. Apesar de a ferramenta visual da fotografia ser a mais utilizada, no diário estão também presentes alguns esboços urbanos em passeios no Bairro Padre Cruz (Fig.3), realçando como o desenho serviu para estimular a observação e anotar a riqueza e a diversidade da apropriação do espaço das casas das alvenarias e do uso do espaço público do bairro.

As imagens utilizadas provêm de várias fontes: fotografias históricas de arquivos ou doadas por residentes e trabalhadores, plantas do projeto das casas de alvenarias de arquivos, comunicados de imprensa, folhetos e fotografias de exposições e fotografias tiradas ao longo dos quatro anos do desenvolvimento da investigação doutoral.

Pela diversidade de imagens recolhidas, foi dada a denominação de diário *fotográfico*, por ser uma coleção de material fotográfico e gráfico-visual.

O objetivo foi ter um conjunto visual único que narra a história e a transformação em curso desses lugares, avançando como um instrumento visual que permite explicar a importância da salvaguarda sobre as dinâmicas urbanas registadas nos bairros analisados.

O diário foi desenvolvido em painéis A4, divididos em cinco tópicos principais para cada estudo de caso: i) Memória, ii) Habitação, iii) Transformações, iv) Imprensa/Exposições, v) Arte Urbana. (Fig.4).

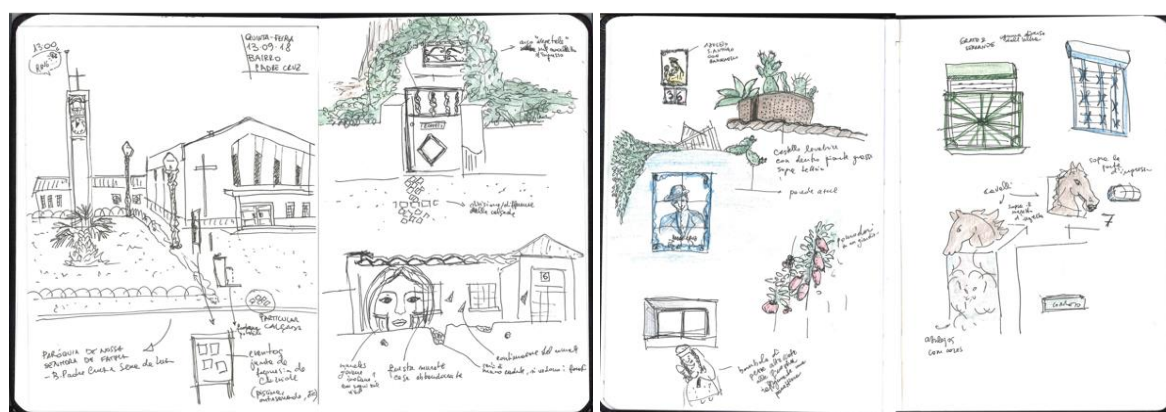


Figura 3. Provas de desenhos etnográficos no bairro Padre Cruz em Lisboa. Esboços da autora. (Di Giovanni, 2022, Anexo 2, pp. XLVIII, XLIX)

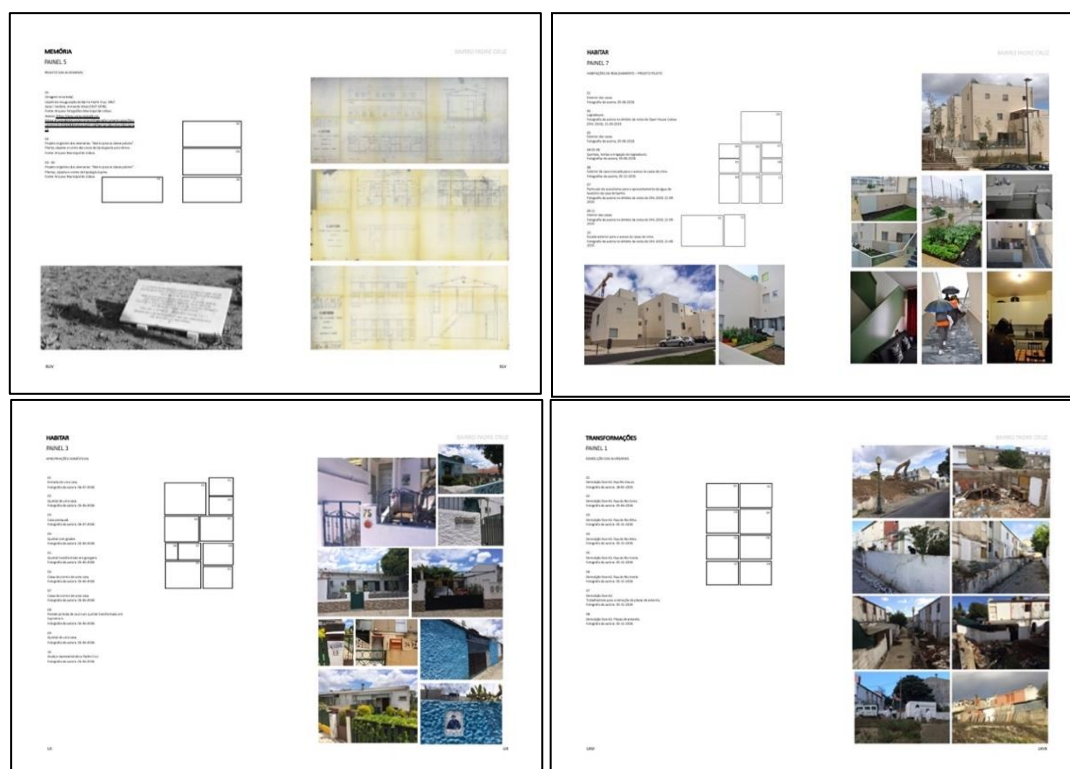


Figura 4. Exemplo de quatro painéis do diário *fotográfico* (Di Giovanni, 2022, Anexo 2).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar teoricamente a hipótese de desenvolver estudos interdisciplinares que fazem dialogar a arquitetura com as ciências sociais, vamos apresentar duas secções.

A primeira secção visa demonstrar como as ciências sociais e humanas fazem parte da prática do arquiteto, apesar da pouca representatividade na sua formação académica; a segunda secção visa evidenciar os pontos em comum com a antropologia, no momento que foi essa a disciplina com a qual se tentou construir uma ponte, quer do ponto de vista teórico-metodológico quer do ponto de vista empírico, com a aplicação do método etnográfico nos casos de estudo.

3.1 As ciências sociais e humanas na prática do arquiteto

Um dos principais impulsionadores dos estudos do habitar na arquitetura portuguesa é o arquiteto Nuno Portas (1934-2025), cujo esforço evidente reflete-se no seu enorme trabalho como projetista e como investigador na área da habitação em Portugal.

Já nos anos 60, o arquiteto Nuno Portas (1965) afirmava a importância da introdução às ciências humanas na formação do arquiteto. Tendo em conta que o ser humano é o protagonista do espaço habitável, é imprescindível que na formação do arquiteto haja também a compreensão das relações de sociabilidade no espaço urbano.

No seu artigo publicado em 1965, Portas afirma que a introdução às ciências humanas³ leva a uma “nova maneira de entender a arquitetura, tanto mais exigida quanto mais se desenvolve a sociedade” (Portas, 1965: 522). Isto não significa tornar o arquiteto num sociólogo, antropólogo ou geógrafo, mas “importa desenvolver uma componente científica na sua formação (para além dos aspetos técnicos da construção), isto é, extensiva às implicações humanas dos programas. Simultaneamente, desenvolvem-se qualidades específicas de observador, dedutor e intérprete dos estudos sobre a realidade a partir das quais a sua imaginação terá de elaborar os novos quadros de vida” (*Idem*: 524).

Em outras palavras, significa habilitar o futuro projetista a dialogar com cada especialista, tanto das áreas técnicas, como das áreas sociais e humanas, a fim de interpretar e ponderar informações sectoriais dissemelhante e trabalhar num contexto interdisciplinar para descrever novos cenários do habitar.

Neste texto, tanto como em outros dele, o autor procurou abrir a Arquitetura à Sociologia da Habitação, a partir do contributo do sociólogo Paul Chombart de Lauwe, o qual refere que “habitação e família são dois termos intimamente unidos na História do Homem” (Chombart de Lauwe et al., 1959, p. 9).

Quando falamos de Nuno Portas, não podemos não falar do SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local (1974-1976), que foi um programa/processo que procurou de facto reunir as vertentes técnicas e sociais, conjugar direito à habitação com pensamento arquitetónico e participação popular (Seixas, 2021: 49), entre os vários níveis de governação, entre Estado e poder local (Portas, 1986).

O SAAL foi criado por Portas enquanto secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, como um dos instrumentos para enfrentar a crise da habitação que Portugal estava a assistir após o fim do regime ditatorial. Na altura da Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974, as carências habitacionais rodeavam em 600 000 fogos e cerca de 25% da população do território continental alojava-se em habitações degradadas e insalubres, sem condições de habitabilidade (Bandeirinha, 2007, p. 68).

Inserido num quadro mais amplo de reformas e programas, chamado PREC – Processo Revolucionário em Curso, que teve ações em domínios dos direitos sociais: saúde, habitação, educação – o objetivo do SAAL era responder aos movimentos de moradores em luta por condições dignas de habitação (Canário, 2014) e à onda de autoconstrução dos “bairros clandestinos” (Craveiro, 2010)⁴, com uma abordagem democrática e participativa, tal como eram os valores que se instauraram naquele período.

³ Ele sugeria introduzir a Antropologia Cultural, a Geografia Humana, a Psicologia Social, a Sociologia Urbana e a Sociologia da Habitação. Atualmente, alguns cursos de Arquitetura possuem cadeiras relacionadas com estas, mas que permanecem marginais durante todo o percurso de formação e por vezes esquecidas na profissão do arquiteto.

⁴ Os chamados “bairros clandestinos” começaram a ser construídos em Portugal nos anos 60 e no início dos anos 70, no âmbito de um êxodo rural das famílias à procura de trabalho nas partes mais urbanas (Craveiro, 2010).

O despacho de 1974 (DD4630, de 6 de Agosto de 1974) definiu o SAAL como “um corpo técnico especializado [...] para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente monetários” (Conselho Nacional do SAAL, 1976, p. 64).

O SAAL operava através da mobilização dos moradores em cooperativas ou associações, e através de um corpo técnico dos arquitetos que se encontrava a projetar em contacto direto com os moradores. Este programa representou uma experiência pioneira que nunca mais se repetiu na história do país até agora; a sua metodologia e os seus objetivos o distinguiram rapidamente no âmbito das políticas sociais de habitação em todo o contexto europeu, como mostra o extenso artigo publicado na prestigiosa revista italiana de arquitetura *Casabella* (Marconi, 1976).

Apesar de ter sido um programa-processo que durou pouco em termos temporais (1974-1976⁵), os seus estudos e as suas memórias continuam até hoje por ter sido um programa inovador à época, graças à sua “vocação social” (Portas, 1984, p. 17) e à metodologia que utilizava, dialogando, logo desde o início, os projetistas com os moradores na transformação dos bairros (*Idem*, p. 25).

Outra referência no âmbito da aproximação da arquitetura com às ciências sociais, foi o Giancarlo De Carlo (1919-2005), arquiteto italiano dos anos 70 — conhecido, entre outras coisas, pelas questões de participação dos moradores nas tomadas de decisões nos bairros de habitação pública (De Carlo, 2002). Na sua atividade profissional destacou-se em projetos relevantes, sobretudo de habitação social em Milão, Veneza e Terni.

De acordo com De Carlo, o processo de qualquer intervenção urbana e arquitetónica nunca é linear, mas trata-se de um processo reticular, formado por redes e atores que dialogam entre si (De Carlo, 2013: 48).

É fundamental que o arquiteto dialogue com os outros, especialmente com os moradores, usuários dos projetos, a fim de chegar à construção da “arquitetura da participação”, como definida pelo próprio De Carlo, que é garantida “quando todos intervêm igualmente na gestão do poder (...) quando o poder não existe mais porque todos estão diretamente e igualmente envolvidos no processo decisório” (*Idem*: 61).

Essas abordagens de Portas e De Carlo mostram que a aproximação do arquiteto às ciências sociais não é um aspeto recente nas práticas profissionais, embora tenha ficado à margem por muito tempo.

Nos últimos anos, existe uma relativa mudança no papel do arquiteto que, em muitos casos, perdeu um pouco da sua “veia de artista” para transformar-se num ator mais ativo para

⁵ A 27 de Outubro de 1976, um Despacho ministerial transfere as competências do SAAL para as Autarquias, de facto, representando o início do fim. No momento da assinatura deste despacho, estavam em atividade 169 operações em todo o país, ou seja, a construção de 2.259 fogos e o arranque de mais 5.741 fogos, envolvendo 41 665 famílias. (Bandeirinha 2007, p. 14).

trabalhar nas questões urbanas em programas de desenvolvimento local, e em organizações do terceiro sector.

Muitos são os exemplos disto, como o crescimento de associações, cooperativas e coletivos de arquitetos que utilizam a participação com os habitantes como fator principal (e.g. projetos de autoconstrução e projetos de reabilitação arquitetónica e de regeneração urbana participativa); o interesse e a entrada de arquitetos em programas de desenvolvimento local (a referência é o programa BIP/ZIP da Câmara Municipal de Lisboa, criado em 2011 e ainda em vigor); a expansão de organizações não-governamentais por uma arquitetura empenhada socialmente (*Architecture for Humanity*, *Architects for Refugees*, *Architecture sans frontières*, entre outros).

Também o trabalho do arquiteto Alejandro Aravena (e do seu atelier Elemental Studio), conhecido por ter ganho o Pritzker Prize de 2016, está ligada ao modelo de arquitetura social participativa.

As casas geminadas da Quinta Monroy em Iquique, Chile, foram construídas para conseguir encontrar um meio-termo entre a casa coletiva da habitação social e a casa individual autoconstruída e, sobretudo, para reduzir os custos da operação pública. De facto, o dinheiro disponível para a construção do bairro era muito reduzido, e o Elemental Studio decidiu concentrá-lo nos serviços essenciais (estrutura, cozinha e casa de banho), e os moradores, cuja tradição estava muito ligada à autoconstrução, iam completar o restante da casa. O projeto das casas avançou simultaneamente com o processo participativo, numa troca de conhecimentos profissionais e comunicação das necessidades dos moradores (Awan, Schenider e Till, 2013, p. 44).

Em todos esses casos, a aproximação da arquitetura às ciências sociais torna-se necessária para aceder a uma observação sociológica da evolução familiar no projeto de habitação, para identificar os aspetos sociais do *habitat* e, em geral, para analisar as questões da cidade e as necessidades dos moradores, e consequentemente dar resposta de forma eficiente.

3.1 O diálogo entre arquitetura e antropologia

Embora o projeto doutoral tenha pontos de conexão com outras disciplinas complementares – Ciência Política, Geografia e Sociologia – é com a Antropologia Urbana que se tentou enfrentar o “desafio metodológico entre Arquitetura e Antropologia”, através da utilização do método etnográfico nos casos de estudo.

A aproximação com a Antropologia Urbana, mais do que com as outras disciplinas das ciências sociais e humanas, é justificada para encontrar pontos comuns de trabalho, dialogar e compreender os aspetos dos Estudos Urbanos.

Na procura de referências teóricas para fundamentar esses pontos em comum, foi essencial conhecer e estudar o trabalho do antropólogo Tim Ingold.

Ele define que as quatro disciplinas – Arqueologia, Antropologia, Arte e Arquitetura – têm a particularidade de produzir pensamento teórico através da prática com a qual conseguem aprender no desenvolvimento do próprio trabalho.

Essa capacidade de “pensar fazendo e aprender fazendo” — *[to] think through making* (Ingold 2013: 6) e *[to] learn by doing* (Ingold, 2013, p. 13) — é dada por serem disciplinas com uma forte componente empírica de observação e trabalho de campo.

No caso das duas disciplinas em análise, acontece quer nos projetos arquitetônicos quer nas categorias antropológicas de organização social, salientando a existência de pontos afins nos processos cognitivos.

Também as características de seleção de uma unidade de análise na antropologia, chamado recorte etnográfico e da necessidade de “olhar de perto e de dentro” (Magnani, 2002) são outros pontos de afinidade com a arquitetura.

A seleção de uma unidade de análise leva à identificação do estudo de caso, no qual se insere a própria investigação e que segue o método de estudo de caso, amplamente definido e debatido nas ciências sociais (Flyvbjerg, 2006; Yin, 2018).

O método do estudo de caso tem valor na produção de conhecimento científico pela sua qualidade insubstituível de contar uma narrativa através da leitura aprofundada do caso, que serve não para ser resumido em fórmulas científicas, proposições gerais e teorias, mas para mostrar as complexidades e contradições da vida real (Flyvberg, 2006: 237).

Nos estudos de caso, os passeios e as visitas são ferramentas essenciais, quer para o arquiteto para seu projeto, quer para o antropólogo para a sua etnografia.

Finalmente, como já debatido na seção 2.3, a utilização das ferramentas visuais (desenhos e fotografias) pode ser um elo de diálogo, tanto na arquitetura como na etnografia de um antropólogo.

No caso específico da investigação doutoral, a introdução da etnografia urbana no quadro teórico-metodológico mostrou ser fundamental para questionar concretamente os conflitos no processo das intervenções, a relação entre espaço projetado e espaço habitado, as decisões dos atores políticos e técnicos nos casos de estudo.

Quando se trata de estudos de caso com processos longos, complexos e dinâmicos, por vezes conflituosos entre os atores envolvidos, como aconteceu na intervenção do Bairro Padre Cruz em Lisboa, a ajuda da antropologia permite conhecer por dentro essas dinâmicas, procurando traduzi-las em conhecimento científico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão dos resultados desse contributo aponta para duas linhas:

A primeira é que, através a fundamentação de um quadro teórico epistemológico, definido na secção 3, é possível demonstrar que o diálogo da arquitetura com as ciências sociais é possível e necessário nas investigações e nos trabalhos multidisciplinares, especificamente com foco nos bairros de habitação pública. Os trabalhos de arquitetos como Portas, De Carlo e Aravena permitem demonstrá-lo amplamente, sendo válidos exemplos para chegar a uma arquitetura mais socialmente informada, engajada e sensível, que responda mais diretamente às necessidades das pessoas.

A segunda linha de discussão é que a utilização dos três métodos escolhidos das ciências sociais (secção 2) permitiu chegar à resolução dos objetivos da investigação doutoral, como: observar, mapear, analisar e discutir as transformações nos casos de estudo.

Em específico, ligado ao caso de Lisboa, as transformações estavam ligadas a uma intervenção pública que se estava a desenvolver no bairro Padre Cruz, dividida em realojamento das famílias, demolição das antigas casas de alvenarias e construção de novos blocos habitacionais.

A análise dessas transformações foi feita integrando os olhares da arquitetura – história e morfologia urbana, tipologias arquitetónicas, redesenho e análise das casas antigas e novas – com o das ciências sociais – observação participante, conversas informais e entrevistas a interlocutores privilegiados e criação de um diário de campo.

Essa análise permitiu descobrir uma realidade mais completa, do que se fosse feita apenas por um olhar, possibilitando desenvolver uma investigação multidisciplinar no campo dos Estudos Urbanos.

Partindo do pressuposto que para abordar questões complexas é necessário cruzar diferentes saberes, o caminho apresentado que segue a linha da interdisciplinaridade, levou a elementos enriquecedores e, ao mesmo tempo, elementos desafiadores.

Entre os elementos enriquecedores mencionamos:

- Importância das investigações multidisciplinares, transdisciplinares e interdisciplinares nos Estudos Urbanos, sendo a cidade um objeto complexo;
- Superação do desafio metodológico em fazer dialogar a Arquitetura com as Ciências Sociais;
- Aqui foi aplicada a tentativa de diálogo entre Arquitetura e Antropologia, através de pontos em comum entre as duas disciplinas, como o facto de as duas produzirem pensamento teórico através do conhecimento empírico (Ingold, 2013);
- Ouvir e contemplar outros pontos de vista são elementos enriquecedores tanto na investigação como na atividade profissional.

Entre os elementos desafiadores mencionamos:

- Integrar conceitos, métodos e ferramentas em mais de uma disciplina é um “bicho-de-sete-cabeças”, mas é possível enfrentá-lo;

- Conseguir uma comparação dialética entre diversas disciplinas requer maiores esforços organizacionais (tempo e recursos);
- Requerer a capacidade de adaptação do investigador para sair da sua “área de conforto” (a própria disciplina) para problematizar ainda mais o objeto de estudo;
- Implica na conscientização que poderá haver mais imprecisões metodológicas e lacunas do que uma pesquisa monodisciplinar – porém, em contrapartida, pode levar a resultados mais ricos e interessantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi apresentado nesse contributo foi uma reflexão epistemológica sobre o esforço interdisciplinar entre arquitetura e ciências sociais no âmbito de investigações em Estudos Urbanos.

Considerando que o papel da arquitetura deve ser o de procurar compreender as evoluções e transformações sociais e interpretá-las para criar soluções adequadas às necessidades e aspirações da população, os resultados não podem ser produzidos de maneira autónoma, mas o estudo e o diálogo com outras disciplinas são fundamentais.

A adoção de uma perspectiva interdisciplinar fez-se no sentido de cruzar diferentes olhares, utilizar vários métodos e ferramentas de pesquisa e ter um campo vasto de conhecimento sobre a temática, confirmando que o foco da investigação não são as disciplinas, mas o objeto de estudo analisado.

O objetivo desse contributo não foi o de apresentar soluções e receitas, mas sim *inputs* e conjunções no campo das investigações multidisciplinares e interdisciplinares.

A finalidade é abrir trechos na literatura através de contributos teórico-metodológicos e exemplos empíricos, a fim de contribuir para trabalhos futuros que fazem dialogar as componentes técnicas com as das ciências sociais.

A investigação mostrou que a interdisciplinaridade é um “bicho-de-sete-cabeças” — algo complicado e que exige maiores esforços de organização (tempo e recursos) do que a investigação monodisciplinar, porque requer uma capacidade de adaptação do investigador para sair da zona de conforto da própria disciplina e problematizar o objeto de estudo através de novas questões e outros pontos de vista.

Esse “bicho” é inspirado na figura da hidra da mitologia grega, um animal imaginário, que, ao cortar-lhe uma cabeça, logo outra surgirá. Metaforicamente falando, ao resolver uma questão interdisciplinar, poderá surgir outra.

Para resolver essa situação que parece sem solução, temos de atuar ao contrário do que acontece com o Hércules a lutar contra a Hidra, isto é, não deveremos ir cortando as

cabeças do animal, porque haverá sempre outros temas desafiantes a surgir, mas é mudar o nosso posicionamento como investigadores.

Essa metáfora serve para perceber que a melhor maneira para lidar com esse “bicho” é aceitar a possibilidade que estamos numa situação multifatorial, estando conscientes e preparados para a possibilidade de encontrar desafios e incertezas na investigação.

Quem decide desenvolver pesquisas entre disciplinas deve ter a conscientização que poderá ser um caminho difícil e tortuoso, poderão existir lacunas metodológicas por não sermos especialistas naquela ferramenta ou naquele método, mas será um caminho cativante, enriquecedor e repleto de resultados inesperados e interessantes.

Nota-se que estas reflexões não se aplicam apenas em trabalhos académicos, mas, como vimos neste contributo, nas práticas profissionais de Portas e De Carlo é algo que deve ser realizado nos trabalhos dos futuros projetistas e planeadores da cidade.

O conhecimento científico do arquiteto torna-se operativo quando faz convergir a formação do projetista com a formação do investigador na resolução dos problemas da comunidade (Moniz, 2010); isto é a função social da arquitetura — e da profissão do arquiteto — que se aplica nos processos urbanos de intervenção, para afirmar o Direito à Cidade (Lefebvre, 1968) e para construir cidades mais inclusivas, justas e sustentáveis.

AGRADECIMENTOS

Este artigo foi inspirado em algumas passagens da tese de doutoramento em Estudos Urbanos (ISCTE e NOVA FCSH) “Housing & Rehousing: Aprender com a habitação pública em Portugal e Itália”, investigação desenvolvida com apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) (Ref. SFRH/BD/130465/2017).

REFERÊNCIAS

AFONSO, Ana Isabel. O cachimbo de Magritte e o paradoxo da autenticidade. In Almeida, S. V. & Cachado, R. Á. *Os arquivos dos antropólogos*. Palavrão, 2016, p. 91-100.

ALEXANDER, Christopher. *A pattern language: towns, buildings, construction*. Oxford university press, 1977.

ALMEIDA, Sónia Vespeira; CACHADO, Rita Ávila. *Os arquivos dos antropólogos*. Palavrão, 2016.

ASKLAND, Hedda, et al. Anthropological quests in architecture: pursuing the human subject. *International Journal of Architectural Research*, 2014, 8 (3), p. 284-295.

AWAN, Nishat; SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy. *Spatial agency: Other ways of doing architecture*. Routledge, 2013.

BANDEIRINHA, José António. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2007.

CABAU, Philip; DE ALMEIDA, Sónia Vespeira. (coord.). *Desenho etnográfico. Um curso breve duas vezes*. Departamento de Antropologia da NOVA FCSH, 2018.

CACHADO, Rita Ávila. Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais. *Sociologia & Antropologia*, 2021, 11.2, p. 551-572.

CACHADO, Rita Ávila. Urban ethnography, an interdisciplinary field of knowledge?. *Diálogos Possíveis*, 2020, 19.1, p. 125-139.

CANÁRIO, Rui. Movimentos de moradores e educação popular na revolução portuguesa de 1974. *Revista Trabalho Necessário*, 2014, 18.12.

CARERI, Francesco. *Walkscapes*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

CHOMBART DE LAUWE, Paul; CHOMBART DE LAUWE, M.J., COUVREUR, L. et al. *Famille et habitation (1): Sciences humaines et conceptions de l'habitation*. Centre National de la Recherche Scientifique, 1959.

CONSELHO NACIONAL DO SAAL. Livro Branco do SAAL, 1974-1976. Vila Nova de Gaia, 1976.

CORDEIRO, Graças Indias. As cidades fazem-se por dentro: desafios de etnografia urbana. *As cidades fazem-se por dentro: desafios de etnografia urbana*, 2010, 20-21: 111-121.

CRAVEIRO, Maria Teresa. Do bairro clandestino às Áreas de Génese Ilegal—um problema que permanece em Portugal. In I. Raposo, L. Bógus, S. Pasterna. *Da irregularidade fundiária urbana à regularização: Análise comparativa. Portugal-Brasil. São Paulo, Brasil, EDUC*, 2010, p. 33-61.

DE CARLO, Giancarlo. *L'architettura della partecipazione*. Macerata: Quodlibet, 2013.

DE CARLO, Giancarlo. La progettazione partecipata. In M. Sclavi (ed.). *Avventure urbane. Progettare la città con gli abitanti*. Elèuthera, 2002, p. 243-246.

DI GIOVANNI, Caterina Francesca. *Housing & Rehousing: Aprender com a habitação pública em Portugal e Itália*. Tese (Doutorado em Estudos Urbanos). ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/27654>

FLYVBJERG, Bent. Five misunderstandings about case-study research. *Qualitative inquiry*, 2006, 12.2: 219-245.

FORTUNA, Carlos. Caminhadas urbanas, com-vivências inesperadas. *e-cadernos CES*, 29, 2018.

FREITAS, Fátima. História e memórias do bairro Padre Cruz: construir cidade à escala humana. *Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide*, 2013.

HOROWITZ, Ruth; GERSON, Kathleen. Observation and interviewing: options and choices in qualitative research. In Becker, H., Berger, P., Luckmann, T., Burawoy, M., Gans, H., Gerson, K., ... & Mills, C. W. *Qualitative research: An international guide to issues in practice*. Sage, 2002, p. 200-224.

INGOLD, Tim. *Making: Anthropology, archaeology, art and architecture*. Routledge, 2013.

KUSCHNIR, Karina. Desenho etnográfico: Onze benefícios de usar um diário gráfico no trabalho de campo. *Pensata*, 7.1, 2018.

KUSCHNIR, Karina. Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 2014, 3.2, p. 23-46.

LEFEBVRE, Henri. *Il diritto alla città*. Verona: Ombre corte, 2014 (1968).

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de ciências sociais*, 2002, 17, p. 11-29.

MARCONI, Francesco. Portugal: Operação SAAL. *Casabella*, 419, 1976.

MONIZ, Gonçalo Canto. A formação social do arquitecto: Crise nos cursos de arquitectura, 1968-1969. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 2010, p. 59-76.

MOUDON, Anne Vernez. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban morphology*, 1997, 1.1, p. 3-10.

PINK, Sarah. *Doing visual ethnography: images, media and representation in research*. London: SAGE, 2001.

PORTAS, Nuno. As ciências Humanas na renovação da formação do arquitecto. *Análise Social*, 1965, 3.12, p. 517-525.

PORTAS, Nuno. O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1986, 18.19, p. 635-644.

PORTAS, Nuno. SAAL and the urban revolution in Portugal, 1984. In Santos, R. (Ed.). *Cidade participada: arquitectura e democracia*. Oeiras. Tinta da China, pp. 15- 28, 2016.

RAMOS, Manuel João. *Histórias Etíopes: diário de viagem*. Assirio & Alvim Editores, 2000.

RAMOS, Manuel João. *Traços de Viagem: Experiências remotas, locais invulgares*. Lisboa: Bertrand, 2009.

REGINENSI, Caterine. Como praticar etnografia nas margens e fronteiras das cidades?. *Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, 2017, 20.

RIVOAL, Isabelle; SALAZAR, Noel B. Contemporary ethnographic practice and the value of serendipity. *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, 2013, 21.2, p. 178-185.

SCHWARTZ, Dona. Visual ethnography: Using photography in qualitative research. *Qualitative sociology*, 1989, 12.2, p. 119-154.

SEIXAS, João. *Lisboa em metamorfose*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021.

SENNETT, Richard. *Costruire e abitare: Etica per la città*. Feltrinelli Editore, 2018.

SOLNIT, Rebecca. *Storia del camminare. [Wanderlust. A history of walking]*. Milano: Ponte delle grazie, 2018 (2000).

YAQUB, Ohid. Serendipity: Towards a taxonomy and a theory. *Research Policy*, 2018, 47.1, p. 169-179.

YIN, Robert K. *Case study research and applications*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2018.